

# HABITAÇÃO POPULAR: EM BUSCA DE METODOLOGIAS DE PROJETO

**VALE, CLÉCIO M. (1); AGUIAR, TITO FLÁVIO R. DE (2); SOUZA, MAURÍCIO LEONARD DE (3)**

1. Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Minas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Campus Morro do Cruzeiro, DEARQ, Ouro Preto/MG, cep 35400-000, tel: (31) 35591484  
[clecio@em.ufop.br](mailto:clecio@em.ufop.br)

2. Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Minas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Campus Morro do Cruzeiro, DEARQ, Ouro Preto/MG, cep 35400-000, tel: (31) 35591484  
[titoflavioaguiar@em.ufop.br](mailto:titoflavioaguiar@em.ufop.br)

3. Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Curso de Arquitetura e Urbanismo  
Rua da Bahia, 2020, Belo Horizonte/MG, cep: 30160-012, tel: (31) 32447239  
[mauricioleonard@hotmail.com](mailto:mauricioleonard@hotmail.com)

**Palavras-chave:** autoconstrução, projeto participativo, habitação popular.

## **Resumo**

Novas demandas de serviços de arquitetura, por segmentos sociais de renda média e baixa, tornam necessárias novas posturas de projeção, entre elas o reconhecimento dos muitos modos de apropriação espacial, e a crítica da noção de autoria. Discutindo metodologias de projeto para esse campo de atuação, apresentamos uma prática de disciplina de projeto arquitetônico em andamento. Através de panfletos, convidam-se moradores de uma localidade a cederem suas casas para um exercício de projeto. Simultaneamente, mapeia-se a localidade considerando aspectos relevantes para o projeto: técnicas construtivas, estratégias de ocupação de lotes, plástica, patologias, etc. O projeto de intervenção nas moradias possibilita aos estudantes reconhecer modos de morar; desenvolver formas de comunicação gráfica; avaliar limites de representação convencional; elaborar representação gráfica capaz de evidenciar tanto organização espacial quanto o processo construtivo; discutir a legislação urbanística e suas implicações nas decisões projetuais; formar repertório de tecnologias e metodologias de intervenção no ambiente construído.

**Key words:** Selfproduction, participatory design, dwelling.

### **Abstract**

New demands for architectural services, from middle and low income social segments, make necessary new designing practices, among them recognize the many ways of poaching on space, and critique of the notion of authorship. Discussing design methodologies appropriate to this field of work, we present a practical course of architectural design in progress. Through flyers, we invited residents of a neighbourhood to surrender their homes to a design exercise. Simultaneously, location maps are produced considering issues relevant to the project: construction techniques, land use, plastic, pathologies of the buildings, and others. The intervention in the dwellings enables students to recognize ways of living, developing forms of graphic communication, evaluate the limits of conventional representation, produce graphical representation which can show both spatial organization and construction process, discuss urban legislation and its implications for decisions about design; form repertoire of technologies and methodologies of intervention in the built environment.

### **Palabras clave**

Autoproducción, proyecto participativo, vivienda popular.

**Resumen:** Las nuevas demandas de servicios de arquitectura - para los segmentos sociales de ingresos medios y bajos - requieren nuevas formas de diseño, incluyendo el reconocimiento de los distintos modos de apropiarse del espacio, y la crítica de la noción de autoría. Para discutir las metodologías de diseño de este campo de trabajo, se presenta una disciplina práctica de diseño arquitectónico en curso. A través de volantes, invitando a los residentes de un barrio a prestar sus viviendas a un ejercicio de diseño. Al mismo tiempo, se hacen los mapas del barrio considerando las cuestiones relacionadas con el proyecto: técnicas de construcción, estrategias de ocupación, forma, patologías de los edificios, etc. La intervención en el proyecto de viviendas permite a los estudiantes a reconocer las formas de vida, el desarrollo de formas de comunicación gráfica, evaluar los límites de la representación convencional, producir una representación gráfica que muestra la organización espacial y el proceso de construcción, discutir la legislación urbanística y sus implicaciones para las decisiones sobre el diseño; la construcción de un repertorio de tecnologías y metodologías de intervención en el entorno construido.

## **1. INTRODUÇÃO**

O distanciamento da prática profissional dos arquitetos em relação às camadas populares da sociedade também encontra causas no próprio processo de sua educação como prestador de serviços. Formado através de um repertório projetual (soluções espaciais/tecnológicas/formais) que enfatiza uma produção de exceção, voltada para as camadas mais altas da sociedade, o

arquiteto, comumente, não opera com os condicionantes colocados pela população que dispõe de poucos e limitados recursos financeiros e que apresenta modos próprios de morar, distintos dos correntes nas elites. Conforme nos lembra Silke Kapp, lidar com a clientela de renda média ou baixa não é uma opção ideológica, mas uma contingência sócio-econômica contemporânea (KAPP, 2006, p.8). Hoje, em decorrência de transformações e ajustes econômicos de um capitalismo que se mostra dinâmico e vigoroso, assistimos, também, à massificação da atuação de muitas categorias profissionais, outrora privilegiadas em seu exercício profissional. No Brasil do fim do século XX o arquiteto se distanciou do grupo de profissionais liberais, formados em uns poucos cursos superiores, oriundos da mesma elite que lhes abria oportunidades de trabalho bem remunerado. Egresso de um dos cerca de 250 cursos existentes hoje no país, o arquiteto apresenta-se hoje quase sempre como trabalhador intelectual, um empregado que dispõe de pouca ou nenhuma autonomia para delinear soluções projetuais personalistas e para preservar a noção de autoria nos padrões familiares ao profissional liberal.

Essa mudança se dá em contexto de rápida e intensa urbanização, com a expansão de bairros e favelas em que a solução das demandas relacionadas à moradia e ao abrigo de negócios e, mesmo, de equipamentos comunitários se dá de modo informal, sem consideração aos procedimentos burocráticos de licenciamento e, em geral, sem participação de arquitetos e urbanistas. Como nos lembra Pedro Fiori Arantes, “o ‘lugar comum’ das cidades do hemisfério sul é a generalização do loteamento clandestino, da ocupação irregular, da favela, do *slum* como forma (des)urbana” (ARANTES, 2008, p. 4). Nesse contexto, a produção dos espaços de vida, em especial, mas não exclusivamente das moradias, é marcada pela informalidade (do ponto de vista legal), pela precariedade material e por uma ação de construção que se resolve pela ação do usuário, também ele produtor e “proprietário”. Segundo Pedro Fiori Arantes, “no lote ilegal, a casa é construída pelo esforço dos moradores, que nos seus dias de folga, ou mesmo à noite, erguem o abrigo que seu pequeno salário não lhes permite comprar. A técnica é a mais rudimentar, os materiais os mais baratos” (ARANTES, 2008, p. 5).

Como o arquiteto poderia intervir nesse quadro? É necessário, sem dúvida, engendrar uma prática menos autoral e mais participativa, sensível às peculiaridades dos modos de construir e habitar desse segmento social. Tal aproximação vem se apresentando como possibilidade para a afirmação da relevância social da profissão de arquiteto. Naturalmente, com todos os ganhos e perdas dessa nova prática.

Essa possibilidade de trabalho profissional recupera uma questão recorrente: se o papel primordial da arquitetura é a arte ou o serviço, como já colocado por Diane Ghirardo (GHIRARDO, 2006, p. 417). Postulando um posicionamento crítico para os arquitetos em relação à produção da arquitetura, a autora entende que é preciso “discernir a relação entre intenções políticas, realidades sociais e construção” e enfrentar os problemas concretos da disciplina e do mundo, o

que impede que a arquitetura permaneça “pura”. Problemas concretos dizem respeito a exploração e manipulação do preço e dos recursos da terra, dos alvarás de construção, do zoneamentos etc. Contudo, em vez dos argumentos se colocarem como justificativas ou críticas de um ou outro papel – arquitetura arte constrói seus argumentos sobre um discurso auto-referenciado sobre a forma e arquitetura serviço privilegia os aspectos ideológicos – avançaríamos na perspectiva de uma prática profissional mais relevante socialmente (ou de produção de uma “arquitetura substantiva”, como diz Ghirardo) se compreendermos que justamente essa real ambiguidade caracteriza as condições em que os arquitetos operam.

Visando a construção de práticas de ateliê de projeto arquitetônico propícias à elaboração de métodos e reflexões para as questões envolvidas neste novo campo de ação, apresentamos a experiência da disciplina Projeto Arquitetônico II – ARQ132 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas, da Universidade Federal de Ouro Preto<sup>i</sup>. Iniciado em agosto de 2008, esse curso encontra-se ainda em implantação, estando hoje sua primeira turma cursando o sétimo período. Segundo seu projeto político pedagógico, esse curso busca aprofundar relações institucionais da UFOP “com a sociedade, com a produção da cidade e com os destinos de Ouro Preto e de toda sua região” (UFOP, 2008). A cidade que abriga o curso apresenta, por um lado, peculiaridades – um sítio histórico protegido desde o fim dos anos 1930 por políticas federais extremamente restritivas e, a partir dos anos 2000, submetido a leis municipais que regulamentam uso e ocupação do solo urbano e práticas edilícias de modo rigoroso – e, por outro lado, os mesmos problemas encontrados em qualquer cidade brasileira de seu porte - segregação espacial da população, ocupação de encostas, recurso à autoconstrução como meio de viabilizar a moradia, carência de infraestrutura urbana, etc.

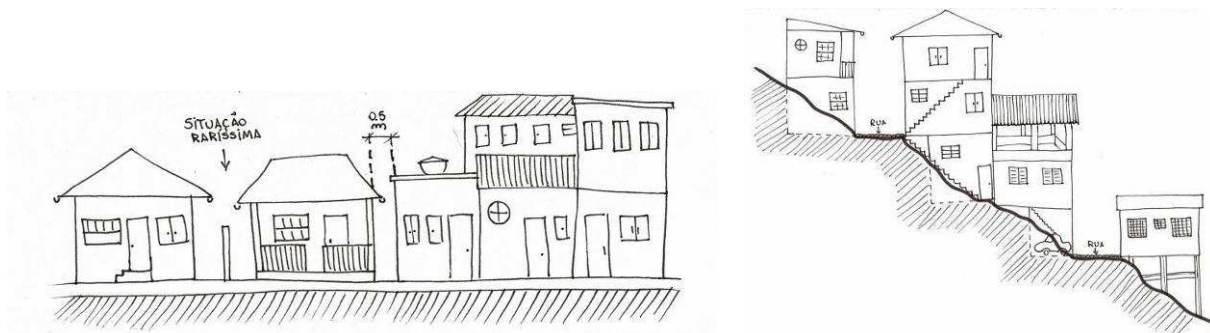
Por sua vez, a disciplina Projeto Arquitetônico II – ARQ132 foi organizada inicialmente no primeiro semestre de 2010, por três professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ), da Escola de Minas, tendo sido o programa da disciplina aprovado pela assembléia departamental nessa ocasião. Essa equipe vem sofrendo modificações a cada semestre letivo, com a participação de outros três professores desse departamento. Essas mudanças na composição da equipe se deram pelas circunstâncias de implantação do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, com a criação de novas disciplinas, e de expansão do corpo docente do departamento, sem que a organização básica da disciplina fosse alterada significativamente.

Interpretando uma ementa que demanda o projeto de ambientes internos, ou seja, a arquitetura de interiores, e o detalhamento de elementos arquitetônicos, a disciplina propõe a abordagem da moradia popular em seus muitos aspectos – o uso do espaço, tanto interno quanto externo, a tecnologia de construção envolvida (técnicas construtivas e materiais empregados), a plasticidade inerente à obra, a manutenção e durabilidade, patologias, entre muitos outros possíveis – para, em conjunto com os moradores, discutir as possibilidades de intervenção. Para além da

representação gráfica convencional do desenho arquitetônico, a disciplina também propõe a experimentação de formas de apresentação gráfica não-convencionais, para permitir aos usuários compreender de modo pleno as propostas projetuais.

## 2. METODOLOGIA

O ponto de partida para o exercício projetual é o contato com uma região específica da cidade, caracterizada por paisagem urbana e perfil sócio-econômico homogêneos. Empregando a técnica da panfletagem, é feito um contato direto com os moradores da área, convidando-os a cederem suas casas para uma atividade acadêmica da Universidade Federal de Ouro Preto – por sinal, instituição bastante reconhecida na cidade. Paralelo ao contato com os moradores, os alunos mapeiam a região de trabalho, considerando aspectos relevantes para o projeto a ser desenvolvido – as técnicas construtivas predominantes, as estratégias de ocupação dos lotes, atendimento à legislação urbanística e de preservação do patrimônio cultural, soluções de acesso, abrigo de veículos, apropriações dos espaços interiores e exteriores, plástica, coberturas, patologias das edificações, demandas dos moradores, usos recorrentes (residencial unifamiliar, residencial multifamiliar, comércio, serviços, uso misto, combinando usos residencial e não-residencial) entre outros aspectos que retratam o local (Figura 01).

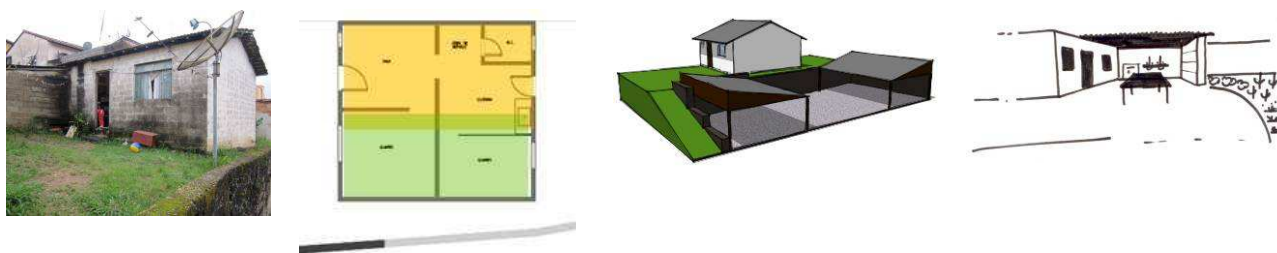


**Figura 01 – Representações tipológicas de implantações: afastamentos e adaptações ao terreno**  
Fonte: Bruna V. Neves, Luisa C. F. Salomão, Vanda G. V. Paiva

Mapeada a área de atuação, é produzida sua representação gráfica em mídia escolhida pelos alunos, sintetizando os pontos mais relevantes. São produzidos filmes, fotografias, gráficos, diagramas, entre outros recursos disponibilizados para os estudantes. Nesse mapeamento é identificada uma área no bairro com potencial para receber uma edificação de uso comum/coletivo (de caráter público ou privado), capaz de dinamizar a região em alguma dimensão – econômica, social ou cultural. Enquanto se desenvolve essa proposta arquitetônica de maior porte – adequada tecnicamente às condições materiais locais – concomitantemente se estreita uma relação dos

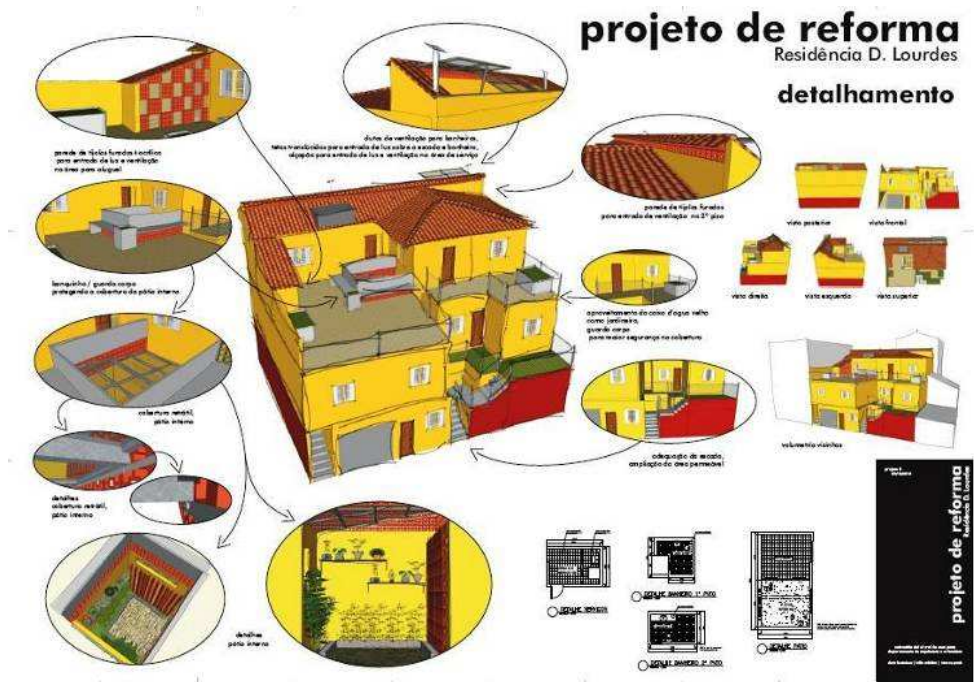
estudantes com seus futuros clientes, mediante a produção de levantamento arquitetônico das unidades residenciais e a discussão das demandas de seus moradores.

No momento seguinte, após a produção da proposta arquitetônica do edifício de uso comum/coletivo, ocorre a sistematização e análise crítica do contato com o morador/cliente: levantamento arquitetônico das unidades residenciais estudadas, produção de imagens (fotografia/filmes/maquetes), elaboração de diagnóstico (soluções espaciais/tecnológicas/formais encontradas) e identificação de demandas a serem atendidas (Figura 02). A identificação de patologias encontradas nas casas estudadas (quase sempre infiltrações, mofo e excesso de umidade, bem como rachaduras e lacunas nas superfícies internas e externas) e a necessidade de se avaliar tecnicamente as soluções construtivas encontradas conduz à pesquisa e ao interesse pelos aspectos relacionados à construção: materiais, técnicas, processos, planos e custos.



**Figura 02 – Levantamentos preliminares e propostas de intervenção**  
**Fonte: Ana Rocha.**

O projeto é exercitado explicitando para os clientes o caráter acadêmico da atividade, sem vínculo com órgãos fiscalizadores de qualquer natureza.<sup>ii</sup> Consoante com esta orientação, a representação gráfica foca na exploração de linguagens outras que não o desenho arquitetônico convencional – seja para aproximar o projeto da compreensão de leigos, seja para tornar mais clara a solução apontada (Figura 03). Tal diretriz reforça para o cliente a necessidade de buscar profissional legalmente habilitado para concretizar aquelas sugestões mais complexas ou que exijam cálculos e/ou aprovação legal.



**Figura 03 – Síntese da intervenção arquitetônica proposta, apresentada ao cliente, explorando técnicas de representação**  
**Fonte: Clara Fonte Boa, Keila Caldeira, Marcos Prado.**

Esta orientação para o exercício do projeto – no caso, aplicada no quarto período do curso e correspondendo à segunda disciplina no formato de ateliê – proporciona a discussão de alguns pontos considerados fundamentais para uma prática profissional coerente com a realidade que se apresenta (LIVINGSTON, 1990; KAPP & BALTAZAR DOS SANTOS, 2004):

- Revisão da organização do trabalho do arquiteto pelo questionamento da sequência demanda, programa de necessidades, projeto, construção e uso, impossível de se aplicar nos estudos de caso;
- Crítica da legislação de direito autoral – Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – que assegura aos arquitetos o direito de propriedade intelectual da obra;
- Desenvolvimento de metodologia de trabalho no campo das reformas – como identificar aspectos positivos tanto na edificação existente como no modo de vida dos moradores – que amplie o repertório projetual do futuro arquiteto;
- Crítica da tipificação dos modos de projetar espaços e, conseqüentemente, do habitar – soluções atípicas são empregadas para solucionar problemas arquitetônicos, pois se habita, muitas vezes, sem se dar conta, de modo também atípico;

- Crítica do ideal de integridade, aplicável em obras extraordinárias de arquitetura e associado a uma atuação profissional em que o arquiteto controla todo o processo de elaboração do projeto/obra, mas que se mostra ineficaz no âmbito de uma prática não elitizada.

### 3. CONCLUSÃO

Em curso desde o primeiro semestre de 2010, essa prática pedagógica relatada alcança os seguintes objetivos: possibilita aos alunos reconhecer modos de morar, muitas vezes diversos dos seus ou daqueles que lhes são familiares; permite aos alunos buscar desenvolver formas de representação gráfica e avaliar os limites de representação convencional, bem como elaborar uma representação gráfica que possa registrar, para além da proposta arquitetônica, o processo construtivo pensado para a materialização dessa proposta; leva os alunos a discutir e praticar a legislação urbanística, ambiental e de preservação do patrimônio cultural e a refletir sobre as implicações dessas regulamentações nas decisões sobre como construir; permite aos estudantes discutir e praticar engajamentos ambientais; contribui para a formação de um repertório de tecnologias e de metodologias de intervenção no ambiente construído, em especial relacionado ao espaço de vida das camadas mais baixas da sociedade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Pedro Fiori. O lugar da arquitetura num "planeta de favelas". *Opúsculo*. Porto, n. 11, p. 3-15, 2008.
- GHIRARDO, Diane. A arquitetura da fraude. In: NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LIVINGSTON, Rodolfo. *Cirurgia de Casas*. 14. ed. Buenos Aires: Editorial CP67, 1990. Disponível em <www.estudiolivingston.com.ar>. Acesso em: 12 set. 2011.
- KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS; Ana Paula. Arquitetura livre, projeto contínuo. *A&U - Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, v. 19, n. 123, p. 75-77, 2004.
- KAPP, Silke. Contra a integridade. *MDC - Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 8-11, 2006.

---

<sup>i</sup> Esta proposta pedagógica é originária das investigações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa MOM. (Morar de Outras Maneiras) da Escola de Arquitetura da UFMG, em especial da pesquisa "Práticas de Arquitetura para Demandas Populares – A experiência dos Arquitetos da Família". (<http://www.mom.arq.ufmg.br/>).

<sup>ii</sup> A legislação municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo vem sendo aplicada com rigor pelo município desde os primeiros anos da década de 2000, enquanto desde os anos 1940 o distrito sede de Ouro Preto está sujeito a regulamentação do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Contudo, constata-se a existência de uma cultura construtiva local que ignora ou desconsidera essas exigências legais. No embate entre essa *cultura da desobediência* e as ações de fiscalização do poder público gerou-se na última década um número alto de obras embargadas (cerca de 300 em todo o município).